



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ENSINO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08204.000019/2025-38

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Contratação de serviços de Hospedagem em hotéis de 5, 4 e 3 estrelas, de acordo com a classificação estabelecida pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), conforme Portaria 100, de 16 de junho de 2011, do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, para autoridades estrangeiras, em hotéis nacionais, localizados na cidade de Brasília/DF, para atender as demandas da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia e eventuais participantes do presente Registro de preços.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Trata-se de necessidade de contratação de hospedagem em hotéis de 5, 4 e 3 estrelas, de acordo com a classificação estabelecida pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), conforme Portaria 100, de 16 de junho de 2011, do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, para atendimento de **autoridades internacionais**, em hotéis nacionais, localizados na cidade de Brasília/DF, quando da realização de eventos e seminários internacionais, como por exemplo a realização da reunião do IX Conselho de Administração da Escola IBERPOL, sob presidência da Polícia Federal, prevista para ocorrer em Brasília/DF, entre os **dias 21 a 26/04/2025**.

2.2. Ademais haverá outros eventos no decorrer do ano de 2025 na cidade de Brasília/DF tendo em vista as inúmeras tratativas bilaterais e multilaterais com organismos nacionais e internacionais quem vêm sendo desenvolvidas pela Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia através dos seus mecanismos de cooperação interinstitucional.

2.3. A contratação de serviços de hospedagem para representantes de instituições internacionais justifica-se pela necessidade de oferecer uma recepção adequada a convidados que participam de atividades oficiais promovidas pela Administração Pública. Essa medida é indispensável para garantir o conforto, a segurança e a logística necessária durante a estadia desses representantes, permitindo que eles desempenhem suas funções e participem dos compromissos programados de maneira eficiente.

2.4. Além disso, o fornecimento de hospedagem reforça o compromisso do ente público com a boa organização e o profissionalismo, contribuindo para o fortalecimento das relações institucionais e para a promoção de cooperação, em âmbito internacional. Ao garantir acomodações apropriadas, a Administração Pública demonstra respeito às boas práticas de hospitalidade, alinhando-se aos padrões protocolares e logísticos exigidos em eventos de relevância institucional e, no que diz respeito à provisão de hospedagem para autoridades estrangeiras no país, a presente contratação se alinha ao princípio da **reciprocidade** que rege as ações governamentais no âmbito global.

2.5. A contratação, conforme acima mencionado, pelos motivos apresentados, reveste-se de fundamental importância sendo indispensável contratação mais abrangente que possibilite o atendimento das demandas desta Casa de Ensino, na qualidade de Escola de Governo na área policial e enquanto figura de destaque no âmbito nacional e internacional no presente segmento.

2.6. A hospedagem em questão deve ser de alta qualidade, compatível com a importância das delegações e seus representantes a serem convidados, em estabelecimento localizado em Brasília/DF. Os hotéis devem possuir hospedagem em apartamentos de luxo single ou duplo. Cada quarto deve ser equipado com ar condicionado e oferecer acesso gratuito à internet Wi-Fi para proporcionar conforto e comodidade aos hóspedes.

2.7. A hospedagem deve, ainda, incluir três refeições diárias, especificamente o café da manhã, almoço e o jantar, elaboradas com um cardápio variado. Para as bebidas, deve ser oferecida água, suco ou refrigerante, e uma sobremesa para finalizar a refeição.

2.8. O presente contrato servirá tão somente para atender demanda de autoridades estrangeiros conforme os princípios acima explicitados, sendo vedada sua utilização para atendimento de autoridades e servidores públicos em âmbito nacional, em especial aqueles que recebem diárias e passagens aéreas custeadas pela Administração Pública, Direta, Indireta Autárquica e Fundacional de qualquer esfera ou poder.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Coordenação de Administração e Logística da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - CLOG/DIREN-ANP/PF

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação (sistema de registro de preços) deverá contemplar 470 diárias para o exercício de 2025, para o órgão gerenciador totalizando 788 diárias contando as unidades participantes conforme distribuído no quadro abaixo:

	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	QTD	QTD	QUANTIDADE	UNIDADE
			DIREN-ANP/PF UNIDADE GESTORA (UASG: 200340)	CGAD/DLOG/PF PARTICIPANTE (UASG 200334)	DITEC/PF PARTICIPANTE (UASG 200406)		
GRUPO ÚNICO	1	Hospedagem em hotel 5 estrelas single	100	30	50	180	diária
	2	Hospedagem em hotel 5 estrelas duplo	50			50	diária
	3	Hospedagem em hotel 4 estrelas single	120	132	100	352	diária
	4	Hospedagem em hotel 4 estrelas duplo	50			50	diária
	5	Hospedagem em hotel 3 estrelas single	100	6		106	diária
	6	Hospedagem em hotel 3 estrelas duplo	50			50	diária
TOTAL			470	168	150	788	diária

4.2. O hotel deverá estar localizado em Brasília/DF no Setor Hoteleiro Norte ou Setor Hoteleiro Sul, tendo em vista que grande parte dos eventos realizados ou geridos pela Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia são realizados no Tetro de Arena da Academia Nacional de Polícia Localizada situado na Estrada Parque do Contorno, DF 01, km 2 - Taquari - Lago Norte - Brasília/DF ou no Auditório do Edifício Sede da Polícia Federal localizada no SCN, Quadra 4, Bloco A Torres B, C e D do Edifício Multibrasil Corporate - Asa Norte, Brasília - DF. A necessidade de restringir o perímetro está relacionada ao fato de que o Brasil, na qualidade de anfitrião da IBERPOL no biênio 2025/2026, ter a responsabilidade de prover a segurança, a escolta, a hospedagem e a alimentação dos dignitários enquanto participantes da reunião em território nacional, conforme DOC SEI Nº 39354497.

4.3. Ainda por questão de segurança, o hotel deverá fornecer pensão completa, ou seja, café da manhã, almoço e janta, durante a estadia dos participantes, disponibilizando bebidas durante as refeições (exceto bebidas alcoólicas), evitando a necessidade de outros deslocamentos para realização das refeições.

4.4. Os hotéis a serem disponibilizados pela contratada deverão possuir classificação conforme o quadro acima, ou seja 5 - 4 e 3 estrelas, com apartamentos singles e duplos.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Foi realizado pesquisa de mercado aonde se verificou a existência de hotéis disponíveis na região pretendida, dentro dos requisitos da contratação, com uma variação razoável de preços dentro das classificações propostas.

5.2. Foram solicitadas cotações a 30 (trinta) empresas do ramo, entre hotéis e empresas de turismo no ramo conforme documentos SEI 39106283 - 39106294 - 39067950 - 39067952 - 39172998 - 39173041 - 39173132 - 39138016 - 39138067 - 39138166 - 39138237 - 39138350 - 39173504 - 39173936 - 39139579.

5.3. Das cotações acima, obteve-se um preço médio conforme Lici. Mapa Comparativo de Preço (39680482).

5.4. Ocorre que a referente pesquisa se deu não somente para averiguar a existência de preços para nortear a contratação, mas também como a melhor forma de se realizar o procedimento licitatório. Tal procedimento nos leva a um ponto de reflexão voltado para uma decisão a ser tomada referente ao modelo de contratação adotado, em especial nos concettraremos em entender se a melhor maneira seria o pregão para registro de preços, o pregão comum, ou chamamento para credenciamento.

5. Alguns editais mais antigos e outros mais modernos foram revistados para entender-se a dinâmica da contratação no caso de chegar a algumas conclusões:

- a) Alguns modelos não são aplicáveis como a contratação via dispensa de licitação ou mesmo pregão eletrônico voltado para um evento específico como é o caso do **edital 215/10 (39146501) da Câmara dos Deputados**, tendo em vista que no caso dessa contratação o procedimento se dá para cobertura de uma data específica, pré-definida, o que não é o caso no momento tendo em vista que haverá vários eventos, alguns com datas possíveis e outros sem sequer existir data definida, sendo impossível determinar de antemão as referidas datas, tendo apenas a cidade de Brasília/DF como local dos eventos.
- b) Na contratação do MRE realizada pelo Setor de Cerimonial daquela instituição no ano de 2016 **Contrato MRE 2016 (39146640)** houve uma variação importante que seria a de **maior desconto** ao invés de **menor preços**. Outra característica que se pode observar é a necessidade de a empresa se cadastrar no sistema **CADASTUR do Ministério do Turismo** como condição de habilitação jurídica. No caso do maior desconto, a experiência adquirida nesta CPL é que os licitantes costumam dar descontos altíssimos que inviabilizam a sua execução e como forma de contornar realizam um super faturamento do preço do produto ou serviço e aplicam o desconto encima da tarifa que o executante do serviço (no caso o hotel) lhe oferece dificultando a fiscalização. Ora como a tarifa de balcão de serviços de hotelaria são variáveis podendo sofrer descontos ou acréscimos, dependendo da disponibilidade de leitos e, ainda, as tarifas de uma mesma categoria variam de hotel para hotel ou dentro do mesmo hotel conforme disponibilidade de leitos (oferta x procura) na prática o desconto ofertado no momento do certame acaba por não se tornar real. Já no caso do menor preço, fica definido o preço estabelecido como valor de referência e a agência ora contratada terá que encontrar hotéis dentro da categoria que atendam aquele preço registrado, podendo fazer para tanto uso de seus acordos, convênios e descontos ofertados pelas redes hoteleiras aos agentes de viagens e turismos como praxe no mercado.
- c) O contrato do **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2024 - TCE/ES (39180263)** muito parecido com as nossas necessidades, pelo fato de não haver data específica programada para os eventos, todavia realizado via pregão eletrônico sem adoção do sistema de registro de preços. Nessa situação a não adoção do SRP impede a inclusão de outras unidades da PF na participação do certame o que talvez não seja conveniente e oportuno para a Administração visto que outras unidades da Polícia Federal realizam atividades e eventos internacionais os quais necessitam igualmente hospedar delegações estrangeiras no país. Nesse modelo do Edital do TCE / ES existe a necessidade de a empresa se cadastrar no sistema **CADASTUR do Ministério do Turismo** o que também será obrigação da licitação desta Casa de Ensino.
- d) No **Edital de Pregão Eletrônico -002-2022COFEN (39147118)** que também tem data prévia da realização dos eventos, podemos observar uma **característica incomum** de todos os outros editais supracitados que é o fato de o **lance ser dado encima do valor da hospedagem**, quer seja por maior desconto ou por menor preço. A razão da inconveniência no caso concreto é a mesma do da apontada no item b) ou seja, não garante o menor preço efetivo pelos mesmos motivos apresentados naquele item b.
- e) No Termo de Homologação do **Pregão Eletrônico 90011/2024 da Prefeitura de Pacajá-PA (39180545)** percebe-se a possibilidade da realização da contratação na via de registro de preços, quando no caso não há data determinada para realização dos eventos, da data das hospedagens, quando a demanda e continua e no nosso caso, quando há interesse de outras unidades na participação da licitação. Aqui aparece a solução que entendemos como mais adequada, tendo em vista que o pregão eletrônico, garante o menor preço do serviço ofertado, em homenagem a economicidade, uma vez que passa pelo crivo dos lances ofertados com maior disputa e isonomia entre os participantes. No que diz respeito ao Registro de Preços regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023 em seu artigo 3º aparecem as possibilidades de adoção do SRP pela Administração e no caso dessa Casa de Ensino se enquadrando nos incisos I e V:

*"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*

*I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*

*V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."*

f) em última análise a título de exemplo, ainda, que no modelo de Registro de Preços pretendido, pelo critério de menor preço, todavia utilizando o modelo de taxa de Administração, encontramos a alternativa utilizada pela **SEADPREVI-PI no PE-90015/2024 (39147537)**. Tal forma permite que seja bloqueado um valor a ser utilizado por ano para hospedagem, sendo que o objeto a ser licitado passa a ser a taxa de administração. Tal modelo requer devidos cuidados uma vez que: i) a fiscalização se torna mais difícil nesse modelo uma vez que as empresas dependem da emissão de nota pelos hotéis aonde as delegações ficarão hospedadas o que pode sofrer interferências humanas que muitas vezes fogem ao controle do fiscal. ii) Como o objeto da contratação passa a ser a taxa de administração e não a acomodação a ser disponibilizada, não se há a garantia da busca do menor preço colocando em risco o alcance da almejada vantajosidade e economicidade das contratações.

g) Foi também procurada formas e soluções para contratação como averiguação se há Intenção de Registro de Preços abertas e chegou-se ao seguinte resultado: a) existência de IRP da UFP aberta, todavia como local de prestação dos serviços, valores estimados muito abaixo do valor do mercado de Brasília/DF bem como um modelo de contratação baseado em taxa de administração o que diverge da nossa proposta de contratação voltada para o valor do serviço de hotelaria possibilitando assim uma redução maior do valor da hospedagem. Há também o IRP do COFEN, todavia os valores da estimativa de preços estão demasiadamente baixos com grande risco de se contratar hotéis de péssima qualidade ou ainda ocasionar em uma licitação deserta ou fracassada. Os argumentos interpostos acima podem ser verificados no documento **SEI Pesquisa IRP-COFEN- E IRP UFP (39106890)**.

h) Encontrou-se ainda, o Credenciamento como uma solução adotada no mercado. Através de pesquisa observou-se que alguns órgãos, sobretudo nos municípios, costumam utilizar do credenciamento para tanto, conforme pode ser visto nos documentos SEI Edital Credenciamento serviço hotéis Prefeitura Gandu/BA (39366182) e Anexo credenciamento 06-2017 - Hotéis Município de Indi (39379438), entretanto em comparação com o Pregão Eletrônico, modalidade mais utilizada pelos órgãos públicos como pode ser observado acima, o credenciamento não nos parece ser a forma mais eficiente e eficaz de realizar a pretendida contratação, tendo em vista que os hotéis não costumam trabalhar com o mecanismo de execução da despesa pública (empenho, liquidação (atesto) e pagamento) o qual deve ser seguido pela Administração Pública, mediante empenho com pagamento posterior, uma vez que para esse tipo de serviços prestados a praxe do mercado é o pagamento no ato do "chek-out" realizado pelo cliente, com posterior emissão de nota fiscal. Dessa forma, quem termina por participar das licitações são empresas e agencias de turismos, que costumam firmar contratos com a Administração Pública, podendo elas, no caso do pregão por registro de preços, fornecer serviços de qualidade, dentro dos preços registrados pela Administração na via do pregão eletrônico, inclusive podendo disponibilizar, simultaneamente, mais de um hotel em cada categoria para os serviços de hospedagem, o que amplia a disponibilidade de leitos reduzindo o risco de impossibilidade de realização dos eventos devido a ausência de quartos em hotéis nesta Capital Federal.

Ora, a natureza do Credenciamento, conforme acima explicitado é credenciar o licitante entidade privada ou pública que seja e, no caso, seria o credenciamento de hotéis, que como acima descrito não trabalham de acordo com as regras de execução orçamentária e financeira que regem a Administração Pública, e, no caso da presente contratação, sendo a solução, conforme acima descrito o "agenciamento" do serviço, a forma mais eficiente, eficaz, adequada, isonômica e que privilegia o princípio da vantajosidade e da economicidade é certamente o Pregão Eletrônico.

No que diz respeito ao atendimento do princípio da economicidade e da vantajosidade nas contratações, aos quais os Órgãos Públicos estão vinculados, o espírito do Pregão Eletrônico atua em homenagem aos primados supra, visto que a fase de lance do pregão eletrônico segue na direção de obter o menor preço público do tipo de serviço ou bem a ser adquirido com base no preços máximo de referência estipulado pela Administração Pública. Nesse sentido, alguns doutrinadores defendem a busca do menor preço no âmbito das licitações públicas conforme a seguir:

*Ao analisar o Princípio Constitucional da Eficiência (PCE) sob o manto das Licitações Públicas, especialmente nas modalidades de licitação tipo menor preço, constata-se o entrelaçamento conceitual entre eficiência e economicidade. Tanto neste como naquele conceito prevalece, entre outras coisas, a idéia de menor custo de aquisição ou contratação, percebido como a diferença monetária entre o valor estimado ou de referência (valor mercado), base para o julgamento das propostas comerciais e o valor homologado pelo Ordenador de Despesas, ou seja, valor efetivamente contratado. (Antônio da Silva, Magno - Revista do TCU 113 - pag 71 - disponível em: <file:///C:/Users/danilo.dlc/Downloads/admin.+Gerente+da+revista.+Doutrina+5+-+O+conceito+de+efici+%C2%A4Cncia+aplicado++%C3%A1s+licita+%C2%BA+%C3%81es+p+%C2%A6blicas.pdf>.*

*A vantajosidade caracteriza-se por proporcionar a adequação e satisfação do interesse da sociedade, por intermédio da execução do contrato. Os pregões possuem essa característica, e por isso o melhor gasto deve proporcionar aos cofres públicos economia e como citado previamente, o critério para que as propostas sejam selecionadas é o menor preço, sendo essencial, por isso, que o gestor público analise com muito cuidado as propostas para que haja a melhor contratação, proporcionando eficiência e qualidade. 82 (DA SILVA, JOSÉ CICERO - PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE E DA EFICIÊNCIA NAS LICITAÇÕES – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO pg 31, disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnlpcapcgpcjclgfhndmkaj/https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/7620/1/Princ%C3%ADpios%20da%20economicidade%20e%20da%20efici%C3%A4ncia%20nas%20modalidade%20preg%C3%A4o%20letr%C3%B4nico.pdf>.*

Finalmente, para além da economicidade e vantajosidade que é a busca pelo menor preço clarificado na execução de licitações via Pregão Eletrônico, há outros postulados que dão supedâneo à utilização do Pregão Eletrônico para as contratações públicas, pois atendem de forma objetiva a busca do menor preços privilegiando a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e sobretudo a igualdade, conferindo tratamento **isonômico** a todos os licitantes que é condição para garantir competição nos processos licitatórios. (Extraído da Pagina do Tribunal de Contas da União disponível em: <https://licitacoescontratos.tcu.gov.br/3-2-principios-das-licitacoes-e-dos-contratos-administrativos/>.)

5.6. Analisando os pontos acima, esta equipe chega à conclusão de que a melhor forma para realização do certame, ou seja, aquela que redundará em uma licitação mais segura e que atenderá aos princípios da isonomia, vantajosidade, economicidade, transparência buscando o interesse público será o seguinte modelo: **Pregão Eletrônico no Sistema de Registro de Preços, forma de julgamento Menor Preços, por grupo**, com os lances sendo ofertados no valor da hospedagem em cada modalidade prevista, ficando registrado assim os preços para futura utilização dos serviços conforme critério de conveniência, oportunidade e de acordo com as reais necessidades da instituição.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A demanda requer a contratação de serviços de hospedagem de alta qualidade, detalhados a seguir:

	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	QTD	QTD	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE
			DIREN-ANPP/PF UNIDADE GESTORA (UASG: 200340)	CGAD/DLOG/PF PARTICIPANTE (UASG 200334)	DITEC/PF PARTICIPANTE (UASG 200406)		
GRUPO ÚNICO	1	Hospedagem em hotel 5 estrelas single	100	30	50	180	diária
	2	Hospedagem em hotel 5 estrelas duplo	50			50	diária
	3	Hospedagem em hotel 4 estrelas single	120	132	100	352	diária
	4	Hospedagem em hotel 4 estrelas duplo	50			50	diária
	5	Hospedagem em hotel 3 estrelas single	100	6		106	diária
	6	Hospedagem em hotel 3 estrelas duplo	50			50	diária

TOTAL	470	168	150	788	diária
-------	-----	-----	-----	-----	--------

6.2. DAS CARACTERÍSTICAS DOS HOTÉIS.

6.2.1. A acomodação dos participantes deverá ocorrer em unidades habitacionais confortáveis para uma pessoas, em hotéis de 5, 4 e 3 estrelas, de acordo com a classificação estabelecida pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), conforme Portaria 100, de 16 de junho de 2011, do Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, devendo, ainda, garantir total segurança aos hóspedes, conter estacionamento, restaurante próprio, business center, internet Wi-fi nas áreas sociais e/ou cabeadas nos apartamentos e divisão de andares/unidades para fumantes e não fumantes, banheiro privativo, acessível quando solicitado pela CONTRATANTE, televisão, ar condicionado, telefone, cofre, frigobar e mesa de trabalho;

6.2.2. Diariamente, os quartos deverão ser higienizados, e ter trocadas as toalhas de banho, de rosto e tapete de banheiro, ser abastecidos com shampoo, sabonete e condicionador de cabelo em embalagens de uso individual, dispor de secador de cabelo e de outros produtos de uso individual;

6.2.3. Os Hotéis deverão permitir o acesso e a permanência de servidores, colaboradores e outras pessoas indicadas pela CONTRATADA/CONTRATANTE nas áreas comuns do estabelecimento e, quando for o caso, nas unidades individuais (quartos), para fins de fiscalização e acompanhamento de eventuais ocorrências;

6.2.4. Os Hotéis deverão permitir a instalação, nas áreas comuns do estabelecimento hoteleiro, de equipamentos de gravação/transmissão e de material de divulgação do evento (folders, banners, cartazes) bem como mobiliário de propriedade da CONTRATADA a ser utilizado por recepcionista vinculada à atividade, sendo este (a) contratado ou alugado (a) pela CONTRATANTE;

6.2.5. No valor da diária deverão estar incluídas todas as taxas de serviços e impostos bme como café-da-manhã, almoço e jantar, com bebidas, exceto bebidas alcólicas, desde que este tenha sido servido na área comum do estabelecimento, não estando incluídas despesas com bebidas e alimentação e outros serviços ofertados pelo estabelecimento, no quarto, na recepção e fora do local do restaurante do hotel e fora dos horários de café, almoço e janta, sobretudo que não tenha sido previamente autorizado pela CONTRATADA;

6.2.6. Os Hotéis deverão garantir total acessibilidade nas partes comuns do estabelecimento, como, por exemplo, banheiros, saguão, restaurante, corredores, portas de acesso, elevador, entre outros, em conformidade com os normativos citados na NBR 9050:2020;

6.3. Os Hotéis deverão fornecer, sempre que solicitado, por meio de preposto da CONTRATADA, informações a respeito do check-in e check-out dos participantes hospedados ou direcionados para hospedar na respectiva unidade hoteleira.

6.4. Demais características que devem permear a solução pretendida.

a) **Hospedagem:** a contratação envolve um total de 470 (quatrocentos e setenta) diárias de hotéis para Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal somados a 318 diárias para demais Unidades Gestoras participantes, totalizando 788 (setecentos e oitenta e oito) diárias com os serviços de hospedagem destinados a autoridades estrangeiras.

b) **Período da Contratação:** as diárias serão alocadas para os descritos nas respectivas ordens de serviços.

c) **Tipo de Acomodação:** a hospedagem deverá assegurar acomodação em apartamentos de classificação 5 - 4 e 3 estrelas, single ou duplo, para todas as categorias, conforme tabela aposta nos itens 4 e 6 deste ETP, visando acomodar o número de pessoas necessários que será informado em Ordem de Serviço emitida no momento oportuno para que seja feitas as reservas, conforme disciplinado no Termo de Referência da presente contratação. Cada quarto deve oferecer ar condicionado e acesso gratuito à internet Wi-Fi.

d) **Refeições Inclusas:** cada diária deve abranger 03 (três) refeições, café da manhã, almoço e jantar, elaborados a partir de um cardápio diversificado. Quanto às bebidas, devem estar disponíveis água, suco ou refrigerante, bem como uma sobremesa para finalizar a refeição.

e) **Especificações do Hotel:** a contratação deverá ser feita em um hotel localizado no centro de Brasília, ou seja, no Setor Hoteleiro Norte ou Setor Hoteleiro Sul. O hotel deve garantir aos hóspedes conforto e comodidade com, no mínimo em cada acomodação, ar condicionado e acesso gratuito à internet Wi-Fi. As condições previstas para acomodação seguem o padrão nacional e internacional para as categorias hoteleiras, bem como a necessidade de Wi-Fi é de suma importância para que os hóspedes possam estar conectados à rede de internet e podendo receber informações de possíveis alterações do evento, informações estratégicas e de coordenação.

6.5. No que diz respeito ao pagamento só será realizados referentes aos serviços efetivamente prestados mediante comprovação documental contendo a Nota Fiscal dos serviços prestados pelo hotel bem como dos serviços de alimentação efetivamente utilizados.

6.6. Foi realizada a inserção do Anexo SIASGnet IRP Reservas Hotéis (39366116), todavia, considerando a peculiaridade do público alvo objeto da contratação, uma vez que as autoridades internacionais as quais a Polícia Federal mantém relações institucionais são consideradas sensíveis e restritas do ponto de vista da segurança, o que requer um aparato diferenciado no que diz respeito a hospedagem, locomoção, alimentação, divulgação de calendários enfim, optou-se por não divulgar o presente IRP por questões de segurança.

6.7. Não será exigida garantia devido a natureza da contratação, em razão de o serviço de reservas em hotéis tratar-se de uma intermediação entre agência de turismo e a rede hoteleira habitual na cidade de Brasília/DF, o que não requer insumos materiais diretos da contratada para execução do serviço.

6.8. Não será aplicada margem de preferência em razão da natureza da contratação tendo em vista o agrupamento dos itens em grupo único. A forma de gestão contratual com a necessidade de gerir de forma eficaz e sempre que possível colocando as autoridades recepcionadas em uma mesma rede hoteleira, por questões de segurança, é fundamental para o sucesso da contratação e dos eventos ora organizados, tendo em vista que a responsabilidade referente a custódia da segurança física e patrimonial das autoridades estrangeiras da área policial é de responsabilidade da Polícia Federal, em especial da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, quando da participação das autoridades supracitadas em eventos cuja a Polícia Federal estiver sediando e/ou presidindo.

6.9. Não será permitida adesão a presente Ata de Registro de Preços uma vez que, pelos motivos de segurança e guarda de informações sensíveis que implicam na incolumidade e integridade física e mental das autoridades participantes dos eventos os quais a Polícia Federal, na qualidade de anfitriã, se torna responsável diante da comunidade internacional.

6.10. O presente Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses prorrogáveis por igual período, podendo haver renovação dos quantitativos registrado para o período da prorrogação, desde que comprovada a vantajosidade e economicidade dos preços registrados mediante pesquisa de preços com supedâneo do Artigo 84 da Lei 14.133/2021, conforme consta do PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU 40122916 em especial em seu item 14.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A contratação constitui 470 (quatrocentos e setenta) diárias para atendimento da demanda da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, 168 (cento e sessenta e oito) para atendimento das unidades da Diretoria de Administração e Logística - DLOG/PF e 150 (cento e cinquenta) unidades para atender a Diretoria Técnico-Científica - DITEC/PF em hotel localizado no centro de Brasília/DF, distribuídos conforme tabela abaixo, que fora objeto de levantamento da necessidade da contratação.

7.1.1. Importante salientar que o quantitativo previsto para atendimento das Unidades vinculadas à UASG 200334 - CGAD/DLOG/PF são: 150 diárias para a Diretoria de Cooperação Internacional da Polícia Federal (DCI/PF) - item 1 (30 diárias) e item 3 (120 diárias), bem como 18 diárias para a Diretoria de Inteligência Policial (DIP/PF) - item 3 (12 diárias) e item 5 (6 diárias), conforme planilha de consulta contida no Ofício 14 (39287999).

7.2. O total estimado não é preciso, tendo em vista que a hipótese da utilização dependerá da demanda e não há histórico de realização de eventos do âmbito internacional, tendo a Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia como entidade responsável pela realização do eventos e recepção de autoridades estrangeiras, para que se possa realizar um levantamento exato da quantidade a ser utilizada. Tal imprevisibilidade gerou a necessidade de se adotar o sistema de registro de preços como alternativa com a quantidade abaixo estimada:


GRUPO ÚNICO	ITEM	DESCRIÇÃO	QTD DIREN-ANP/PF UNIDADE GESTORA (UASG: 200340)	QTD CGAD/DLOG/PF PARTICIPANTE (UASG 200334)	QTD DITEC/PF PARTICIPANTE (UASG 200406)	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE
	1	Hospedagem em hotel 5 estrelas single	100	30	50	180	diária
	2	Hospedagem em hotel 5 estrelas duplo	50			50	diária
	3	Hospedagem em hotel 4 estrelas single	120	132	100	352	diária
	4	Hospedagem em hotel 4 estrelas duplo	50			50	diária
	5	Hospedagem em hotel 3 estrelas single	100	6		106	diária
	6	Hospedagem em hotel 3 estrelas duplo	50			50	diária
	TOTAL			470	168	150	788

7.3. O único evento realizado com a recepção pela Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia (DIREN-ANP) como anfitriã ocorreu no ano de 2024 aonde foi contratado serviço de hotelaria para atender a demanda de 63 autoridades contratação que se deu no âmbito do processo SEI Nº 08204.003066/2023-71. Entretanto a quantidade não é possível para utilizar "per si" como instrumento de previsão para o


ano corrente tendo em vista que a qualidade da Polícia Federal, através desta Casa de Ensino, de Presidente da IBERPOL enseja a contratação para atuação da realização da reunião do IX Conselho de Administração da Escola IBERPOL, prevista para ocorrer em Brasília/DF, entre os dias 21 a 26/04/2025, bem como outras possíveis programações que, embora não predefinidas, são passíveis de ocorrer no ano de 2025 tendo a PF como presidente e entidade anfitriã.

8.	<b>ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO</b>
8.1.	<b>R\$ 666.838,80 (seiscentos e sessenta e seis mil oitocentos e trinta e oito reais e oitenta centavos)</b>
9.	<b>JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO</b>
9.1.	Trata-se de solução em grupo único, aonde os lances se dará por item, todavia, a contratação será pelo Grupo, não sendo possível o conveniente e oportuno o parcelamento da solução tendo em vista que a Administração busca o menor preço em homenagem a economicidade e vantajosidade da contratação.
10.	<b>CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES</b>
10.1.	Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida ou que gerem interdependência.
11.	<b>ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO</b>
11.1.	Anexo DFD200340_000001_2025 (SEI nº 39037252) solicitação de inclusão extemporânea no PGC/2025. I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000008/2025; II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2024; III) Id do item no PCA: 176; IV) Classe/Grupo: 631 - SERVIÇOS DE ALOJAMENTO; V) Identificador da Futura Contratação: 200340-156/2025;
12.	<b>BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO</b>
12.1.	Acomodação de delegações estrangeiras e autoridades internacionais que participarão de eventos na cidade de Brasília/DF promovidos pela Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal, propiciando, ainda, o adequado controle logístico que garanta a segurança, acomodação e facilite o deslocamento, alimentação e proteção dos participantes dos eventos programados para o ano de 2025.
13.	<b>PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS</b>
13.1.	Após a finalização da contratação, e com a proximidade de cada evento, se faz necessário a solicitação, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, de bloqueio das reservas no hotel disponibilizado pela contratada visando garantir o atendimento da demanda de forma a não sofrer problemas com indisponibilidade de vagas, uma vez que a taxa de ocupação da rede hoteleira de Brasília/DF vem crescendo de forma positiva conforme se pode observar das análises disponibilizada pelo FÓRUM DE OPERADORES HOTELEIROS DO BRASIL - FOHB (disponível em: <a href="https://fohb.com.br/wp-content/uploads/2024/05/InFOHB-201-Abril.pdf">chrome-extension://efajdnbmnnnibpcajpgelclefindmkaj/https://fohb.com.br/wp-content/uploads/2024/05/InFOHB-201-Abril.pdf</a> ). Tal crescimento está relacionado ao fato de que Brasília vem se tomando um importante polo de realização de eventos corporativos, o que reduz a capacidade de atendimento do ramo hoteleiro no Distrito Federal.
14.	<b>POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS</b>
14.1.	Não há que se falar em impactos ambientais devido à natureza da contratação.
15.	<b>DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE</b>
15.1.	Esta equipe de planejamento declara <b>viável</b> esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.
15.2.	Justificativa da viabilidade:  15.2.1. Considerando a explanação aposta nos autos do presente estudo técnico em especial a contraposição entre as formas de contratação, esta equipe chegou à conclusão de que é plenamente viável a contratação na via Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com fundamento na Lei 14.133/2021.
16.	<b>RESPONSÁVEIS</b>
16.1.	Equipe de planejamento da contratação. I - <b>Responsável pela Demanda:</b> conforme documento SEI nº 39037545. Walvernack Beserra, Coordenador de Administração e Logística - CLOG/DIREN-ANP/PF. II - <b>Integrante Requisitante Titular e Substituto (respectivamente):</b> Walvernack Beserra, Perito Criminal Federal, Matrícula PF nº 10.368, walvernack.wb@pf.gov.br Marsele de Oliveira Santos de Sousa, Agente Administrativo, Matrícula PF nº 14.703, marsele.mog@pf.gov.br III - <b>Integrante Administrativo Titular e Substituto (respectivamente):</b> Danilo Lopes de Carvalho, Agente Administrativo, Matrícula PF nº 12.530 SEPLAN/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF, danilo.dlc@pf.gov.br, tel. (61) 2024-8929 Sheila Costa Bonfim, Agente Administrativo, Matrícula PF nº 13.224 SEPLAN/SELIC/CLOG/DIREN-ANP/PF, sheila.scb@pf.gov.br, tel. (61) 2024-8627

Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020  
Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão  
Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.



Documento assinado eletronicamente por **WALVERNACK BESERRA, Coordenador(a)**, em 11/03/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANILO LOPES DE CARVALHO, Agente Administrativo(a)**, em 11/03/2025, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=40079689&crc=F831F2FE](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=40079689&crc=F831F2FE).  
Código verificador: **40079689** e Código CRC: **F831F2FE**.